

Estudo Técnico Preliminar 25/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 23326.013422.2021-19

2. Descrição da necessidade

O Instituto Federal da Paraíba (IFPB) é uma instituição pública federal centenária (onze décadas) vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com sede e foro em João Pessoa, tendo como Órgão Executivo a Reitoria, consoante o art. 11 da Lei n.º 11.892 /2008.

O prédio, produto deste certame, era utilizado pela Caixa Econômica Federal, dentro do perímetro deste Campus, com sua adequada devolução para atender as necessidades educacionais do IFPB – Campus João Pessoa, pensou-se em uma relevante adequação dos ambientes estruturais para ser utilizado e aparar arestas ambientais junto as unidades administrativas: Coordenação de Controle Acadêmico, Coordenação de Estágio e a Secretaria Central – Campus João Pessoa, conforme projeto anexo elaborados pela arquiteta Elizabete da Costa Gomes.

A secretaria Central tem a finalidade de ser responsável pela recepção da comunidade através das diversas possibilidades de acesso a instituição: e-mail, telefone, presencial além da execução dos trabalhos administrativos que apoiem o desenvolvimento do processo escolar. A localização do prédio onde será instalada a Secretaria Central proporciona a plena acessibilidade aos usuários externos e internos do Campus João Pessoa.

Em se tratando das demais instalações das unidades administrativas: Coordenação de Controle Acadêmico, Coordenação de Estágio no mesmo ambiente proporcionará a integração dos usuários externos com as atividades mais demandadas por esses usuários.

Em virtude do tempo de uso, e da falta de manutenção periódica, as instalações físicas do antigo prédio da caixa econômica, encontram-se bastante deterioradas, necessitando de grandes intervenções, tanto na estrutura quanto nas áreas internas.

De uma maneira bastante objetiva, destacamos a seguir, alguns pontos, entre tantos, que necessitam de intervenções:

- Revisão da coberta do prédio;
- Adequação dos banheiros visando dotá-los de condições de acessibilidade;
- Revitalização das instalações elétricas do Prédio adequadas ao layout proposto no projeto de reforma e aos setores atendidos;
- Construção de uma rampa de acesso ao prédio integrando-o ao estacionamento do campus, dotada de corrimão e guarda-corpo conforme normas de acessibilidade;

- Recuperação do revestimento do muro e do gradil da fachada principal do campus;

Quanto aos objetivos estratégicos, constantes no Planejamento Estratégico Decenal - PLANEDE 2015-2025, tais contratações estariam plenamente alinhada aos itens: I08 - Fornecer infraestrutura adequada para as atividades de ensino-pesquisa- extensão e gestão que assegurem padrões mínimos e a melhoria progressiva da estrutura de laboratórios, equipamentos, setores, salas de aula, bibliotecas e gabinetes docentes; e P11 - Acompanhar e avaliar, permanentemente, com a participação da comunidade e das Instâncias Colegiadas dos Campi e Reitoria, as políticas de ensino- pesquisa- extensão e gestão para garantir condições institucionais de continuidade das ações. Assim como ao Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFPB 2017-2027, onde alguns gestores e docentes do IFPB avaliaram como fator interno contributivo para a evasão escolar a ausência de espaços de convivência, alimentação e de prática de atividades físicas e culturais. Tal constatação, reforça, e torna urgente, a necessidade de prover a reaproveitamento e adaptação de ambientes do Campus João Pessoa com uma estrutura adequada para estes fins.

Concluimos, por fim, que é extremamente necessário assegurar à comunidade condições para a melhor execução e aproveitamento dos serviços de ensino ofertados pelo Campus e, nesse prisma, a reforma deste prédio em questão significa um grande avanço para esse processo educacional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DAF-JP: Diretoria de Administração e Finanças	Josué Santos Silva
DG-JP: Diretoria Geral	Neilor Cesar dos Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:

Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial, Normas da ABNT; Legislação de acessibilidade; Código de Obras da Prefeitura Municipal em vigor do respectivo local de execução, bem como os Regulamentos do Corpo de Bombeiros Estadual e normativas do Ministério do Trabalho.

A CONTRATADA deverá manter o quadro de pessoal técnico, operacional e administrativo qualificado e em número suficiente para a perfeita execução dos serviços contratuais assumidos, contando inclusive com um Responsável Técnico, inscrito em conselho de classe correspondente, com poder para deliberar e atender qualquer solicitação da Fiscalização do CONTRATANTE.

Eventual alteração do titular Responsável Técnico deverá ser comunicada de imediato ao CONTRATANTE, acompanhada de justificativa da necessidade da substituição, situação em que a empresa contratada deverá comprovar o novo responsável técnico, juntada a respectiva documentação comprobatória.

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

São requisitos de qualificação técnica:

Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, consignados no instrumento convocatório, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Possuir registro ou inscrição junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

Da justificativa acerca da natureza continuada do serviço:

A necessidade do objeto do presente estudo técnico preliminar, por si só, não se mostra como critério apto para ser caracterizado como um serviço de natureza contínua.

O objeto se enquadra como serviço de engenharia e arquitetura, já que é necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos, envolvendo a participação de profissionais habilitados, conforme o disposto na Lei Federal n.º 5.194/66. Logo, O serviço possui natureza não- continuada, estando a presente contratação classificada com “de escopo”.

Critérios e práticas de sustentabilidade:

O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170, da Constituição Federal; ao art. 3º, da Lei n.º 8.666/93 alterado pela Lei n.º 12.349 de 2010, a Lei n.º 12.187/2009 e o art. 6º da Instrução Normativa n.º 1/2010 da SLTI/MPOG, além do Decreto n.º 7.746/2012:

Constituição Federal/1988:

[...]

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 42, de 19.12.2003)

Lei n.º 8.666/93:

[...]

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei n.º 12.349, de 2010).

Lei n.º 12.187/2009:

[...]

Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima:

[...]

XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos.

Instrução Normativa n.º 1/2010 da SLTI/MPOG:

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto n.º 48.138, de 8 de outubro de 2003;

- b. 1. Observe a Resolução CONAMA n.º 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- c. 2. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se zerem necessários, para a execução de serviços;
- d. 3. Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- e. 4. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE n.º 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto n.º 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- f. 5. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- g. 6. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA n.º 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

Decreto n.º 7.746, de 5 de junho de 2012:

[...]

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I. 1. - Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II. 2. - Preferência para materiais, tecnologias e matérias- primas de origem local;
- III. 3. - Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV. 4. - Maior geração de empregos, preferencialmente

com mão de obra local;

- V. 1. - Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI. 2. - Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII. 3. - Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Duração inicial do contrato de prestação de serviços

O contrato terá vigência pelo período de **7 (sete) meses**, sendo prorrogável apenas na forma do art. 57, §1º da Lei nº 8.666, de 1993.

A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro do corrente ano, para fins de inscrição em restos a pagar.

O prazo de execução do objeto é de 4 (quatro) meses cujas etapas observarão o cronograma a ser fixado no Projeto Básico.

3. Os prazos de execução e de vigência do contrato poderão ser prorrogados, com fundamento no art. 57, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, mediante prévia apresentação de justificativas, autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste e da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, formalizadas nos autos do processo administrativo.

As prorrogações dos prazos de execução e de vigência do contrato deverão ser promovidas por meio de prévia celebração de termo aditivo.

Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, na forma dos itens acima, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente, por igual tempo, conforme preceitua o art. 79, § 5º, da Lei n.º 8.666/93, mediante prévio termo aditivo.

A prorrogação do prazo de execução da obra implica a prorrogação do prazo da vigência do contrato por igual período, exceto se houver dispositivo em sentido contrário no termo aditivo de prorrogação.

Quanto à necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

A CONTRATADA deverá manter continuamente uma base de conhecimento com todas as informações de processos, atividades e tarefas referentes aos serviços, ocorrências de problemas, suas resoluções e lições aprendidas, tempo de resposta e resolução do problema.

Os projeto ou solução desenvolvida, exclusivamente para a obra poderá ser utilizada pela Contratante em outras obras da instituição, devidamente adaptadas ao contexto local.

Esta base de conhecimento deve estar acessível aos técnicos e gestores da CONTRATANTE.

5. Levantamento de Mercado

Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução dos serviços de reforma e adequação de empreendimento de médio porte, levando em consideração todos os requisitos exigidos por normas para uma obra segura, econômica e eficaz.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução dos serviços no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

Quanto às existências de potenciais fornecedores, em pesquisas realizadas, através das plataformas de compras do governo federal e demais órgãos / entidades, de contratações de serviços objeto da presente contratação, indenticamos, pelo menos, 10 (dez) processos finalizados, conforme tabela a seguir:

ORDEM	ÓRGÃO	UASG	MODALIDADE	OBJETO
1	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO	80012	RDC n.º 01/2020	Contratação de obra destinada complementar a construção do Fórum Trabalhista de Apucarana-PR.
2	GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	110322	RDC n.º 01/2020	Contratação de empresa especializada para execução de obra visando a construção de Galpão Multiuso, na Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial (SCF) em Brasília-DF
				Contratação de empresa para Execução de Obra de Engenharia para a adequação da entrada e

3	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA	150149	RDC n.º 01/2020	saída do estacionamento do Bloco I interligação de acesso aos Blocos L M, adequação da rampa
---	---	--------	-----------------	--

				acessível ao RU, adequação da entrada de pedestres junto ao bloco K, do Câmpus Apucarana da UTFPR
4	CAMPUS ARRAIAL DO CABO	152237	RDC n.º 01/2020	Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação do serviço de engenharia para Construção de novos banheiros, reforço estrutural e adaptações para realocação da biblioteca e adaptações de sala de reunião no Edifício do Campus Arraial do Cabo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ.
5	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO / UFSC	150232	RDC n.º 01/2019	Contratação de empresa, por meio do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), para fornecimento de material e mão de obra, destinados à reforma, com ampliação, da Urgência Pediátrica do HU/UFSC.
6	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A	179085	RDC n.º 98/2020	Contratação da obra de reforma e sobreloja do imóvel ocupado pela Agência Natal Roberto Freire-RN, incluindo elaboração de projeto executivo da escada, para abrigar as Gerências Estaduais de Agroamigo e Crediamigo
7	PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO – MG	200036	RDC n.º 01/2020	Contratação de empresa para execução de serviços de engenharia para adequação de novas instalações físicas da sede do Ministério Público do Trabalho no Município de Governador Valadares, em regime de empreitada por preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada

8	Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado – SUPLAN – GOV. PB	-	TOMADA DE PREÇOS n.º 62 /2019	Construção de ginásio coberto com vestiário no terreno remanescente da escola EMI Imaculada Conceição, em Cabedelo-PB.
9	Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado – SUPLAN – GOV. PB	-	CONCORRÊNCIA n.º 01/2019	Construção do novo complexo educacional da E.E.E.F.M João Rodrigues de Ataíde, em Itatuba-PB
				Contratação de empresa

10	Prefeitura Municipal de João Pessoa	-	CONCORRÊNCIA n.º 33002/2020	especializada para Construção do Terminal de Integração do Varadouro, no bairro do Varadouro, na cidade de João Pessoa-PB.
11	Instituto Federal da Paraíba		RDC (Eletrônico) nº 05/2021	Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de reforma e adequação do Bloco de Mecânica do Campus João Pessoa - IFPB
12				

Os requisitos necessários ao atendimento da solução exigem a contratação de empresa especializada do ramo, o que se mostra perfeitamente possível haja vista o quantitativo de empresas cadastradas no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Comprasnet, na linha de fornecimento “Obras Cíveis Públicas (Construção)” no qual a consulta retornou mais de 100 registros, apenas no Estado da Paraíba. (Disponível em: <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/selecionarLinhaFornecimento.jsf#>. Acesso em: 13 jul. 2021).

Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos serviços a serem contratados, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo, abrange a prestação dos serviços comuns de engenharia para a execução de serviços de reforma do antigo prédio outrora ocupado pela Caixa Econômica Federal, dentro do domínio físico deste Campus, com o objetivo de adequação dos ambientes para serem utilizados pelas unidades administrativas: Coordenação de Controle Acadêmico, Coordenação de Estágio e a Secretaria Central,

todas elas pertencentes ao Campus João Pessoa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, em consonância com as condições discriminadas abaixo:

Conforme as demandas das melhorias solicitadas, a proposta de reforma e adequação seguem elencadas a seguir e tem o intuito de possibilitar o adequado funcionamento das áreas físicas mencionados, abrangendo:

1. A revisão da cobertura com previsão de troca de telhas danificadas;
2. Demolição de banheiros existentes e construção de 4 banheiros visando atender as necessidades dos setores que funcionarão no prédio;
3. Construção de alvenarias, realocação e instalação de divisórias visando adequar o espaço conforme layout proposto no projeto de reforma;
4. Manutenção e revisão das calhas e instalações de águas pluviais do local;
5. Pintura dos ambientes internos e das fachadas;
6. Construção de uma rampa de acesso ao prédio possibilitando o acesso de pessoas que se encontram dentro do campus;
7. Instalação de janelas visando dotar os ambientes de iluminação e ventilação naturais
8. Recuperação do muro e gradis da avenida 1º de maio, incluindo regularização do reboco, remoção da pintura antiga, pintura e emassamento;
9. Adequação da sala dos professores com instalação de louças e metais dos banheiros, instalação de forro e divisórias, substituição de esquadrias e pintura dos ambientes;

As descrições acima são uma referência mínima para execução dos serviços, devendo a contratada providenciar todas as demais ações, inclusive aquelas previstas no memorial descritivo, que forem indispensáveis para a execução satisfatória do contrato, considerando-se a Contratada como altamente especializada nos serviços em questão.

A Contratada deverá prever em seus custos, todas as ferramentas, materiais, componentes, produtos, aparelhos de medições e de testes, necessários para a execução dos serviços, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos.

Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, fornecendo, mão de obra, componentes, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços.

O projeto executivo, conforme o caso, será realizado concomitantemente com a execução dos serviços - art. 7º, §1º, Lei 8.666/93 - e a cargo da Contratada.

Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos no instrumento convocatório e seus anexos. Todos os custos referentes aos serviços deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta.

Os serviços objeto do presente estudo deverão ser prestados dentro de elevados padrões de qualidade, com pessoal especializado, de acordo com as especificações dos fabricantes, normas técnicas, boa prática do mercado e legislação vigente sobre segurança do trabalho;

A empresa assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar de acordo com as presentes Normas de Execução, Instruções e demais documentos técnicos fornecidos, bem como pelos danos decorrentes da realização desses trabalhos.

Os serviços deverão ser executados em estrita e total observância às Normas Brasileiras e às indicações constantes dos projetos fornecidos pela CONTRATANTE. No caso de inexistência de normas brasileiras específicas, ou nos casos em que elas forem omissas, deverão ser obedecidas às prescrições estabelecidas pelas normas estrangeiras pertinentes.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa da quantidade de serviços a serem contratados foi aferida a partir da identificação das atuais necessidades prementes para novos junto à unidade do Campus João Pessoa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, de acordo com as contribuições dos setores que compõem a estrutura organizacional, além das especificidades da Administração, baseando-se ainda na medição das áreas existentes onde serão realizados os serviços, considerando também os recursos orçamentários disponíveis.

Os itens e quantitativos de cada um dos projetos foi estimado para atender ao escopo da presente contratação, considerando a área total a ser construída que importa em:

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:	CONSTRUÇÃO CIVIL
IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA:	Campus João Pessoa - Av. Primeiro de Ma Jaguaribe, João Pessoa - PB, 58015-435
ATIVIDADES	
CONSTRUÇÃO	Reforma e Adequação do antigo prédio utilizado da Econômica - Manutenção - Reforma Predial.

O detalhamento dos quantitativos consta dos autos do presente processo administrativo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 394.367,77

A estimativa do valor da contratação é de: R\$ 394.367,77 (Trezentos e noventa e quatro mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos)

Os serviços de engenharia, objeto do presente estudo, dar-se-ão pelo regime de empreitada por preço unitário, a partir da demanda formalmente identificada e de orçamento formalmente apresentado e aprovado pela Administração.

A estimativa de preços tem por marco normativo o Decreto n.º 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências. Os documentos e memórias de cálculo para a estimativa de preços ou preços referenciais encontram-se em anexo ao presente estudo técnico preliminar. Os custos unitários dos serviços necessários são obtidos a partir do somatório dos custos unitários dos insumos e dos serviços utilizando-se as tabelas oficiais de referência. Estes catálogos discriminam todas as partes integrantes dos serviços, incluindo insumos e composições auxiliares, permitindo o cômputo de maneira inequívoca das parcelas componentes referentes a materiais e à mão de obra.

O custo total dos serviços é obtido multiplicando-se os custos unitários pelo

quantitativo em mesma unidade de medida, que deverá ser apurado *in loco* ou

sobre plantas e demais elementos de projetos ou estimativas técnicas, sendo admissível a conversão de unidades de medida, desde que detalhado o processo de cálculo empregado. O preço final do serviço a ser contratado é o somatório dos custos totais dos serviços necessários, aplicando-se o BDI.

Os valores referenciais foram obtidos por meio da planilha orçamentária elaborada a partir das composições do Sistema Nacional de Preços da Caixa Econômica Federal - SINAPI, prioritariamente, pelo sistema de coleta de preços oficiais do Governo do Estado de Sergipe - ORSE, assim como pela Base de Dados SBC - Paraíba, respectivamente, correspondentes ao(s) mês(es) de abril de 2021, bem como demais fontes oficiais de coleta de preços, acrescidos da taxa de Bonificação de Despesas Indiretas (BDI).

A metodologia aplicada a etapa de levantamento do custo estimado da contratação baseou-se na identificação, quantificação e valoração de todos os insumos que serão diretamente empregados na prestação dos serviços e, posteriormente, na multiplicação dos valores desses custos por fatores específicos, que incorporam as despesas indiretas, os tributos e a remuneração da empresa, resultando no preço de execução dos serviços.

Resalta-se que a produtividade dos profissionais, integrantes de uma determinada equipe de tra

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme § 1º, do art. 23, da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Todavia, o objeto a ser licitado forma um conjunto unitário, resguardada as suas especificidades. Ademais é prática comum nesse setor de prestação de serviço, as atividades serem executadas por uma única empresa contratada, pois os serviços e materiais demandados estão intrinsecamente ligados e o desmembramento destes serviços e materiais em grupos diferentes poderia trazer grande dificuldade na prestação dos serviços por parte de diferentes empresas contratadas, causando assim a dessincronização na execução.

Trata-se de execução de obra, não sendo, portanto, recomendável o parcelamento da solução além do requerido pela pertinência dos serviços, evitando assim que possíveis futuras responsabilizações não tenham mais de um destinatário, o que, além da polêmica entre as contratadas, ocasionaria evidentes prejuízos à Contratante, que se veria envolvida em intermináveis discussões para que os problemas se solucionassem.

A obra em discussão também não pode ser tratada como um objeto passível de parcelamento, haja vista que cada uma de suas etapas e serviços se interrelacionam de maneira dependente uns dos outros. Ainda, o parcelamento

Neste caso, a contratação será única e indivisível, proporcionando melhor acompanhamento de problemas e soluções, mormente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado e, em termos econômicos favorece a redução dos preços sob a ótica da ampliação da competitividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação, objeto do presente estudo técnico preliminar, está alinhada com os programas de âmbito federal e objetivos e metas estratégicas do IFPB, constantes no Planejamento Estratégico Decenal do IFPB - PLANEDE 2025, consignados nos pontos a seguir:

Fatores Críticos de Sucesso

Boas condições de trabalho com locais adequadamente iluminados e ventilados, móveis que ofereçam conforto mínimo necessário, ausência (sempre que possível) de barulho e outros perturbadores do gênero, máquinas e equipamentos modernos e em boas condições, material de uso de boa qualidade, sistemas informatizados de apoio administrativo, recursos de comunicação (conectividade: telefone, internet, videoconferência) e locomoção entre os Campi e prédios da Reitoria;

Manutenção de uma imagem institucional favorável no Estado da Paraíba e na Região Nordeste, de modo a beneficiar-nos frente à opinião pública, governo e comunidade acadêmica.

Por fim, ratifica-se que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações 2022, em conformidade com às disposições do art. 2º, da Instrução Normativa n.º 1, de 10 de janeiro de 2019, consignado no relatório extraído do sistema PGC que segue em anexo aos autos do presente processo administrativo.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A reforma/adequação do espaço objeto do presente Estudo Técnico Preliminar trará benefícios diretos e indiretos para toda a comunidade, com melhorias significativas no desempenho das atividades meio e fim da instituição, assegurando ao público interno condições para a melhor execução e aproveitamento dos serviços de ensino ofertados pelo Campus.

Espera-se, ainda, com esta contratação no mínimo os seguintes efeitos:

Assegurar espaços mais seguros e adequados para a prática das atividades de ensino, influenciando positivamente na execução das atividades desenvolvidas no âmbito da instituição;

Aperfeiçoar a manutenção dos ambientes e serviços utilizados por estudantes, servidores, colaboradores e sociedade civil de forma a melhorar a qualidade dos serviços a este ofertados;

Manutenção de uma imagem institucional favorável no Estado da Paraíba e na Região Nordeste, de modo a beneficiar-nos frente à opinião pública, governo e comunidade acadêmica.

Melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, otimizando os custos administrativos de gerenciamento da unidade;

Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por esta autarquia.

13. Providências a serem Adotadas

Elaborar cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores:

Não configura-se necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes visando o início da prestação dos serviços.

Considerar a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado:

1. objeto da presente contratação apresenta peculiaridades que justificam a necessidade de capacitação constante de servidores, em especial os que lidarão com a gestão e fiscalização do contrato, adequando seus conhecimentos às melhores práticas, propiciando o conhecimento necessário a estes para que consigam realizar o mapeamento dos riscos durante a gestão do contrato e quando de eventuais aditivos.
2. Cumpre ressaltar que o IFPB oferece cursos de capacitação para fiscais e gestores de contratos, promovidos anualmente, tanto por parte de profissional externo à instituição, quanto por parte de iniciativa da Coordenação de Fiscalização de Contratos, e que esse aprimoramento por parte dos servidores é imprescindível para a melhoria do controle dos serviços.

Juntar o cronograma ao processo e incluir, no mapa de riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não corram a tempo:

Considerando todo o exposto, não há risco da contratação falhar em relação a adequações do ambiente do organização, pois tais adequações não são necessárias.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A construção civil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e crescimento social, viabilizando a modificação do meio natural para atender as

necessidades humanas. Entretanto, é um dos setores produtivos que mais geram impactos ambientais devido as suas altas taxas de geração de resíduos associadas com a ineficiência e até mesmo ausência de gerenciamento por parte dos geradores.

Desta forma, para minimizar e combater tais situações, foram criados a nível nacional dispositivos legais, merecendo destaque à Lei n.º 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. As resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, em particular a Resolução n.º 307/2002, que “Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil”.

Do exposto, a contratada deverá obedecer a todas as normas e regulamentos ambientais que disponham sobre o manejo e descarte dos resíduos sólidos oriundos da execução da obra.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se VIÁVEL em termos de disponibilidade de mercado, consoante o artigo 7º, inciso XIII, da IN SEGES/ME n.º 40, de 22 de maio de 2020, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

A contratação dos serviços objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

16. Responsáveis

Declaro que participei da elaboração do referido documento, declaro ciência do conteúdo e estou de acordo com o que nele está.

ITAMIRA RAQUEL SANTOS VIRGINIO
ENGENHEIRO-AREA

Declaro que participei da elaboração do referido documento, declaro ciência do conteúdo e estou de acordo com o que nele está.

ANTONIO CLEIDE DE MORAIS
MESTRE DE EDIF E INFRAESTRUTURA

Documento Digitalizado Restrito

Estudo técnico Preliminar

Assunto: Estudo técnico Preliminar
Assinado por: Itamira Virginio
Tipo do Documento: Anexo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Restrito
Hipótese Legal: Documento Preparatório (Art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527/2011)
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- Itamira Raquel Santos Virginio, ENGENHEIRO-AREA, em 12/05/2022 16:23:32.

Este documento foi armazenado no SUAP em 12/05/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 515640

Código de Autenticação: 58286d039e

